

## EDUCAÇÃO EM RISCO? LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA EM PROJETOS PROIBICIONISTAS

Iran Ferreira de Melo <sup>1</sup>

### RESUMO

Os estudos sobre a subalternidade de identidades não normativas de gênero e sexualidade surgem nos anos 1980. Tais estudos ganham força e vêm como uma onda de reavaliação dos emergentes movimentos sociais de então (MISKOLCI, 2015). Os desdobramentos disso tocam diretamente áreas fundantes da sociedade, como a Educação, a qual, conforme já evidencia Freire (1996) e Bourdieu & Passeron (2016), carrega o rastro da ilusão de uma pedagogia desinteressada na história das lutas pela existência de corpos marginalizados. Seus fundamentos, como o de toda a sociedade, partem da ideia de que as pessoas preenchem um padrão binário de gênero, qual seja, o masculino e o feminino – por meio da designação de “homem” e “mulher” – e seguem o modelo heterossexual de vivências eróticas (LOURO, 2015). Na esteira de uma razão alinhada com esse pensamento, a política legislativa no Brasil tem promovido movimentos de negação às existências dissidentes de gênero e sexualidade, sobretudo às pessoas trans não binárias. Este trabalho é fruto de uma pesquisa intitulada “Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos” cujo objetivo é entender a produção de sentido construída por projetos de lei (PLs) federais e estaduais proibicionistas da chamada linguagem não-binária (LNB), ou também conhecida como linguagem neutra. Nesta comunicação, mostraremos uma face deste estudo, apontando os resultados gerais dos argumentos constantes em 63 PLs, visando mapear o campo mais comum nesses documentos, que é o discurso contrário à sistematização dessa linguagem em sala de aula, uma vez que eles afirmam ser a LNB um prejuízo para a aprendizagem da língua portuguesa e um conjunto de mecanismos que não representa o objeto de ensino de português. Nossa pesquisa é crítica a essa proibição e demonstrará aqui que argumentos são relevantes para detê-la.

**Palavras-chave:** Linguagem não-binária, projetos de lei, educação.

### INTRODUÇÃO

Também conhecida como linguagem neutra, a LNB é parte da linguagem inclusiva de gênero (LIG), modelo de discurso já bastante discutido pelo linguista britânico Norman Fairclough, (2001 [1992]), por estudos como os trabalhos feitos nos anos 1990 pela pesquisadora brasileira Carmen Rosa Caldas-Coulthard (2007) e por outras referências dos estudos da linguagem. A LIG busca democratizar representações de gênero fora das universalizações masculinistas, como no afastamento do uso do masculino gramatical genérico (gênero não marcado, conforme Câmara Júnior, 1970) em algumas línguas. Por sua vez, LIG integra o que se chama de linguagem inclusiva, isto é, um conjunto de modos de uso linguístico que objetivam dar visibilidade e representatividade a grupos historicamente alijados, como vemos nos pleitos de vários países quanto às políticas linguísticas antirracistas e para comunidades indígenas.

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, iranmelo@hotmail.com.

Nosso objetivo geral foi identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária de gênero em textos legislativos (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas brasileiros sobre esse uso linguístico. E como objetivos específicos: (1) verificar a produção e circulação de textos legislativos proibicionistas sobre a linguagem não-binária no Brasil; (2) desvelar a produção de sentido nesses discursos, observando os tipos de significação mobilizados neles para sustentarem o argumento de proibição dessa linguagem; (3) perceber, nesses discursos, qual o grau de diálogo com os interesses dos pleitos políticos de representatividade da população não-binária de gênero em nosso país; (4) interpretar, usando o pressuposto da indexicalidade, qual a performance mais recorrente utilizada para dar sentido a linguagem não-binária nos textos analisados, e como esses resultados encontrados recorrem para depreciar essa forma de linguagem.

## **METODOLOGIA**

Para esta pesquisa, o marco teórico é formado por uma bibliografia sobre gênero social e Teoria Queer (Cult, 2014; Miskolci, 2014, 2015; Oliveira, 2019) e o marco analítico serve de material para desempenhar a análise do discurso dos dados (Melo & Ferreira, 2017). Ela foi dividida nas seguintes etapas, que não necessariamente são sequenciais.

1. Coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à LNB – projetos de lei federais e estaduais) nos portais de publicação da tramitação desses dados. Os PLs federais foram coletados no site da Câmara Federal (camara.leg.br) e os projetos estaduais foram colhidos nos portais específicos das assembleias legislativas de cada estado. As palavras-chave usadas para indexicalizar os campos de busca dos sites foram ‘linguagem neutra’, ‘ideologia de gênero’ e ‘gênero’, previamente observadas no corpus por envolver modos bastante populares de nomeação da LNB.
2. Identificação das informações referentes à produção e circulação (quantidade, registros, autoria, data de apresentação, tramitação, apensamento) dos dados coletados, para verificação da ordem do discurso de uma prática particular na rede de práticas sociais em que o problema está inserido e para a análise de dados contextuais.
3. Ainda análise do discurso, mas agora na fase de interpretação dos dados à luz dos recursos lexicais que indexicalizam a LNB, iniciamos a análise do texto destes projetos sob a esteira de uma vertente da ACD. Pois dentro dos pressupostos que essa perspectiva de estudos apresenta, tivemos que escolher um dos seus para seguirmos com nossa análise, visto que, por questões de escolha metodológica e abrangência do tema versus temporalidade para a execução da

mesma, elegemos fazer nossa análise seguindo o conceito de indexicalidade. Na ACD a indexicalidade é essencial para compreendermos como as palavras e expressões são carregadas de significados ideológicos, como elas apontam para o contexto em que são utilizadas e, sobretudo, como contribuem para a construção de identidades e relações de poder. Os valores, os discursos, as narrativas, as vozes e as convenções sociais indexicalizadas e hierarquizadas são, então, as ordens de indexicalidade (Melo & Ferreira, 2017). Através da indexicalidade, é possível desvendar as estratégias discursivas que influenciam a forma como interpretamos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

4. Identificação dos seguintes itens lexicais que são utilizados para fazer referência à LNB nos PLs analisados. São eles: ‘linguagem neutra’, ‘gênero neutro’, ‘neolinguagem’ e ‘linguagem não-binária’. Tendo encontrado essas expressões analisamos, sob o olhar de um estudo acerca da indexicalização, a produção de sentido que essas palavras imprimem ao referenciarem a LNB. Observamos que elas realizam nove (9) performances diferentes, performances essas nomeadas por nós ao observarmos as funções semânticas que elas apresentam. Verificadas essas ocorrências nas diferentes performances, identificamos qual aquela mais recorrente nos textos analisados, e a partir dessa identificação podemos apresentar conclusões sobre essas escolhas semânticas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Norman Fairclough (2001), um dos mais renomados analistas críticos do discurso, afirma que a análise linguística pode servir como um método para estudar processos sociais amplos: mudança de estruturas sociais, construção de identidades etc. Para tanto, Fairclough propõe um método de estudo que investigue a mudança na linguagem como ponte para o estudo da mudança social. Tudo bem a ver com a nossa pesquisa, que se dedica em entender a LNB como disrupção social ao passo que é também disrupção linguística.

Sob essa abordagem, qualquer evento discursivo, para o autor, é considerado simultaneamente um texto, uma prática discursiva e uma prática social, o que exige de nós que, para cada dimensão dessa, uma análise crítica de discurso faça respectivamente uma análise linguística (agimos assim, com nosso corpus, quando analisamos a indexicalidade), uma análise do processo interacional (procedemos assim quando descrevemos os PLs em seu funcionamento) e uma análise das circunstâncias sociais (fizemos isso quando interpretamos os resultados das outras duas análises anteriores à luz de uma leitura da conjuntura sociopolítica sobre a população trans NB no Brasil). Essa relação dialógica entre essas dimensões

constitutivas do mesmo fenômeno, para esse pesquisador britânico e para nós, configura um método dialético-relacional do discurso, que lê os fenômenos de linguagem como rizomáticos.

De acordo com Fairclough (2001), as hegemonias são organizadas, produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Essa máxima contribuiu para que esse analista definisse seu interesse por aquilo que ele chama de Teoria Social do Discurso, “uma orientação para a luta e mudança histórica no discurso (Fairclough 2001: 51). Tal perspectiva se tornou muito conhecida como uma abordagem, dentro das análises de discurso, denominada por Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), uma vez que, ao examinar as relações de poder hegemônicas, fazia isso sem perder de vista a análise triangular daquelas três dimensões, incluindo e chegando, ao fim e ao cabo, à semiose.

Dentre os postulados da ADTO, está a compreensão de que a linguagem preenche a função de representar, ou construir experiências sobre o mundo. Essa ideia está muito arraigada de maneira geral entre nós e é bastante presente em quase todas as teorias linguísticas. Nessa seara, uma categoria analítica propícia para o estudo da representação é a indexicalidade.

Quando agimos por meio da linguagem, fazemos coisas a e com ela, ou seja, encenamos performances como [...]. Nessas ocasiões, estamos também tecendo um laço entre o contexto translocal e local, indexalizando ou apontando para valores, ideologias e crenças do primeiro no segundo. Esse laço, que precipita do translocal para o local, é conhecido como o fenômeno da indexicalidade (Ochs, 1992; Blommaert, 2006; Rocha, 2013, apud Melo & Ferreira, 2017).

Para entender a indexicalidade é importante que pensemos o seguinte. O ser humano é um caçador de sentido. Se temos algo de inato, não são nossos órgãos, nossa condição biológica – afinal muita gente nasce a despeito das normas fundamentais do corpo. Se temos algo de inato, é nossa capacidade de significar. E, se isso acontece é porque interagimos. A inter-ação é o fundamento da vida. Ela é o fim, o início e o meio, seja como o outro que está logo na nossa frente, seja com todas as intervenções que nos assaltam pela cultura e pelo inconsciente.

Significar, portanto, é significar com. E isso exige de nós acreditar na aparência. Em cultura, precisamos da aparência (Palmo, 2014). Como cordeirinhos desamparados, nos amparamos na aparência, que é uma astúcia da nossa mente – uma invenção da nossa necessidade de interagir. Vemos, ouvimos, sentimos, mas só acreditamos na aparência. Isso porque capturamos o que ver, ouvir, sentir. O rosto de alguém, a palavra, a luz, nosso medo, o

corpo reclamando uma necessidade fisiológica. Tudo se torna aparência para justificarmos a nossa fatídica condição de interagir.

Quando leio, fundamentalmente interajo. Quando entendo, falo, decido, soffro... Não faço outra coisa senão inter-agir com a aparência, que funciona como pista do sentido a que eu posso chegar. Por exemplo, estas palavras aqui que você lê são um tanto de indícios, pistas, potencialmente capazes de produzir sentido a você que é falante do português, que as viu ou ouviu antes.

Os indícios são o corpo dessa aparência, cuja vida é o sentido com o qual interagimos. Não estamos escrevendo para alguém em particular, com um corpo em particular. Escrevemos para uma força de cuja capacidade de cooperar conosco podemos nos valer para dar alguma razão ao que estamos dizendo. Nesse sentido, os indícios são condições essenciais à nossa necessidade de sermos humanos e o nome que podemos dar a tal captura desses indícios a todo instante, sem sossego, intervalo, numa sequência absoluta, é indexicalidade.

Poucas vezes, lemos a indexicalidade. Nem na escola nem na vida aprendemos isso. No entanto, o que mais fazemos é entender a aparência. Assim, ler a indexicalização da aparência nos conduz a perceber como acontecem as manobras semânticas – é um exercício crítico.

Fazemos isso, percebendo a indexicalidade em diferentes níveis: a indexicalidade primária, quando o índice é um item lexical; a indexicalidade secundária, quando o índice é uma lexia ou um arranjo mais amplo do que o item, como o sintagma; a indexicalidade terciária, quando o índice é um gênero textual ou um texto em particular; e a indexicalidade discursiva, quando o índice é uma ordem de discurso, um modo particular de construção de sentido – nível que se realiza nos outros e que só podemos ler se também percebermos a manifestação dos índices dos outros níveis.

Veremos mais à frente qual performance indexical ocorreu com maior frequência no nosso objeto e traremos uma interpretação desse registro.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A coleta de dados se iniciou com a busca dos PLs na Câmara Federal. O resultado desse processo nos apresentou algumas particularidades, e dentre as quais podemos destacar: a) Anos das proposições: 2014 (1), 2020 (4), 2021 (9), 2022 (1); b) Partidos proponentes: Partido Social Cristão/PSC (1), Partido Liberal/PL (3), Partido Social Liberal/PSL (5), Progressistas/PP (2), Podemos (1), Partido Trabalhista Brasileiro/PTB (1), Partido Social

Democrático/PSD (1); c) Estados proponentes: Paraná (1), Minas Gerais (2), Rio de Janeiro (2), Rio Grande do Sul (1), Pernambuco (1), Acre (1), Mato Grosso (1).

Podemos observar sobre as ementas desses PLs que a justificativa para sua tramitação se situa sempre no objetivo de se preservar a norma culta, seja por uma proteção da língua portuguesa, ou meramente uma proibição sobre as questões de linguagem e gênero. Apontamos ainda que a maioria foi apensada (anexada) a outros PLs, seja por tratar do mesmo tema, ou pelo seu arquivamento conforme determinação de regimento interno da Câmara, como, por exemplo, no caso do/a parlamentar proponente do PL encerrar sua legislatura. Em sua tramitação apensada, quem relata esses PLs dá o seu parecer de maneira única, porém se pronunciará sobre todos os outros PLs apensados, recomendando a aprovação ou a rejeição deles ao PL que encabeça os apensados. Cabe ainda observarmos que essa manobra jurídica são artifícios para manter a tramitação desses PLs em pauta nas mesas e comissões legislativas, visando sobretudo a uma brecha na pauta de votação para apresentarem tais projetos na ordem do dia, bem como para que possam passar despercebidos por parlamentares desfavoráveis e, com isso, possibilitar aprovação mediante votação favorável por maioria.

Ainda sobre a coleta do corpus, buscamos os PLs nos Estados da Federação. Utilizamos como ferramenta para buscar esses dados os sites das assembleias legislativas estaduais. A partir deles, extraímos informações sobre os PLs e destacamos as seguintes: a) Estados Proponentes: Distrito Federal (5), Goiás (1), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Acre (1), Amazonas (2), Rondônia (2), Roraima (1), Espírito Santo (1), Minas Gerais (3), Rio de Janeiro (6), São Paulo (5), Paraná (2), Rio Grande do Sul (4), Santa Catarina (1); b) Partidos proponentes: Partido Social Cristão/PSC (2), Progressistas/PP (2), Partido Social Democrático/PSD (3), Partido Social Liberal/PSL (6), Movimento Democrático Brasileiro/MDB (1), Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB (3), Partido Liberal/PL (9), União Brasil/UNIÃO (4), REPUBLICANOS (10), Partido Trabalhista Brasileiro/PTB (4), Democracia Cristã/DC (1); c) Anos das proposições: 2016 (1), 2017 (1), 2020 (9), 2021 (18), 2022 (4), 2023 (4).

Verificamos que as ementas desses PLs, assim como o seu apensamento, corroboram com os dados que obtivemos na coleta da Câmara Federal, onde se tem por objetivos: proibir o uso da LNB, alegando que esta é contrária às regras gramaticais vigentes; além de preservar a norma culta de nossa língua de ameaças ao 'bom português'. E no que diz respeito aos seus apensamentos, eles obedecem às mesmas condições observadas na Câmara Federal.

Um ponto que devemos demonstrar é como é notória a quantidade de PLs que iniciam sua tramitação durante os anos de 2020 e 2021. Sabemos que o governo que estava no poder era o do ex-presidente Jair Bolsonaro e que os partidos que propuseram esses PLs, em sua

grande maioria, faziam parte da base governamental, sendo seu viés político/partidário condizente com discursos provenientes da extrema direita conservadora que se proliferou no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção das diversas sociedades, em muitos momentos da história, esteve pautada nas relações de poder que se edificaram de várias formas. Dentre os diferentes mecanismos de controle e normatização das populações, os dispositivos de biopolítica que disciplinam e controlam corpos e desejos sempre estiveram à frente, causando sofrimento e morte a quem ousa expressar-se de maneira adversa aos seus preceitos (Miskolci, 2015). Com a crescente guinada política nessa direção que nosso país tem vivido, tanto no âmbito sociopolítico macro, quanto na formação micropolítica, diversos setores sociais vêm, cada vez mais, ocupando espaço na ratificação das relações de poder heteronormativo, que desconhece as múltiplas facetas da expressão humana e impõe padrões binários sobre as pessoas.

Como considerações finais, podemos afirmar que a maior parte dos projetos apresentados está alinhada com a direita radical de nosso país, grupos conservadores religiosos e a setores de alto poder aquisitivo. Tais segmentos expõem como principais argumentos: 1. a promoção da norma culta do português brasileiro; 2. o estabelecimento de medidas protetivas à língua portuguesa do Brasil; 3. o não descumprimento de acordo ortográfico estabelecido entre países lusófonos em 2009; 4. o direito de estudantes ao aprendizado da língua; 5. e a proteção à família.

Numa perspectiva crítica do discurso, os PLs são parte de uma rede de práticas, conforme aponta Fairclough (2003), que constitui a conjuntura política de produção de sentido da LNB. É mais uma voz que se ergue sobre o assunto. E, como tal, reverbera na construção de valor e existência acerca do que é a LNB no Brasil. Se o resultado da produção discursiva nesse campo político é fundamentalmente de atribuição depreciativa, isso é indicativo de como no campo legislativo temos contribuído para o pensamento sobre uma linguagem inclusiva de gênero, mas não se perder de vista seu papel reverso como dissemos. Entretanto, esse papel não se constituirá no interior dos PLs, mas a partir dele, sendo o que vamos fazer com esse discurso. A comunidade LGBTQIAPN+ e, sobretudo, as pessoas não binárias, não se resignificarão (porque são indexicalizadas pelo discurso acerca da LNB) e não recategorizarão a própria LNB se dialogarem pacificamente com os PLs. Numa relação interdiscursiva, o que se espera é que uma solidariedade queer aconteça tomando como de partida essas atribuições negativas e, no

fluxo de um contrabando discursivo, resista à violência institucional do campo legislativo brasileiro. Sendo assim, para a ACD, sobre um momento de reflexão: como desabar a violência estrutural cis-heteronormativa tomando por base a leitura de sua expressão pelos PLs que proíbem a LNB? Isso se dá por discurso.

Esse cenário que descrevemos é um passo para lançarmos outras lentes críticas a partir do futuro, porque tais argumentos dos PLs não podem mais funcionar como cortina de fumaça para a antiga postura silenciadora de uma sociedade tradicional em relação a grupos de vanguarda política na dissidência de gênero e sexualidade, como é o caso das pessoas trans não binárias – identidade-alvo na produção e reelaboração da LNB nos projetos aqui analisados. Sigamos sem esmorecer.

## REFERÊNCIAS

CÂMARA JR, Joaquim M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

COULTHARD, Carmen-Rosa. Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade. **Discurso & Sociedad**. V. 1(2), p. 230-246. 2007.

CULT. **Dossiê Teoria Queer**. Revista Cult. São Paulo. 2014. p. 33-56

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].

\_\_\_\_\_. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003.

MELO, Glenda Cristina Valim de; FERREIRA, Juliana Tito Rosa. As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em tempos de Copa do Mundo 2014. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. v. 17, n. 03, p. 405-427, 2017.

MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**. 1ª edição, mai-out., 2014.

\_\_\_\_\_. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Cadernos da Diversidade). Capítulo “Origens Históricas da Teoria Queer” – p. 21-35.

OLIVEIRA, João M. de. **O que quer o queer?** Podcast Larvas Incendiadas. Disponível em: <https://larvasincendiadas.com/2019/07/18/18-joao-manoel-de-oliveira-o-que-e-o-queer/>. Acesso em 21 de março de 2023.

PALMO, Jtesunma Tenzin. **No coração da vida**. Sabedoria e compaixão para o cotidiano. Trad. Jeanne Pilli; Lúcia Brito. Rio de Janeiro: Lúcida Letra, 2014.